



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 181
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

181ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de abril de 2009, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá - PR, às 09h30min, inicialmente sob a presidência do Sr. Cláudio José Madeira Basto Meneses, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Daniel Lucio Oliveira de Souza, Ivany Marés da Costa, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Antonio Carlos Bonzato, Carlos Antonio Tortato, Geremias Thomas de Souza, Wilson Moraes da Silva, Maria do Socorro de Oliveira, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio Fayet, Juarez Moraes e Silva, Blásio José Munchen, Cláudio Fernando Daudt e Luciano Cardoso Denardi; **Convidados**: Avelino de Freitas - CPPR; Fernando O.S. Muller - Receita Federal; Valter Demaneck - TCE-PR; Nilson Hanke Camargo - FAEP; Sidney Pinto - COTRIGUAÇÚ; **Justificativas de ausência**: Conselheiros: João Gilberto Cominese Freire, Zulfiro Antonio Bósio, Hário Mirzo Tiepo Jr., Edson César Aguiar e José Baka Filho; I - **ABERTURA DOS TRABALHOS** - O Presidente Cláudio deu início à reunião agradecendo a todos pela presença, anunciando a posse do novo Presidente do Conselho, fazendo uma breve apresentação do mesmo. Apresentando suas despedidas, agradeceu todo apoio recebido tanto pelo Conselho quanto pela Administração do Porto. Disse estar inteiramente a disposição de todos junto a SEP e aproveitou a oportunidade para tecer considerações a respeito da publicação inverídica e absurdamente equivocada de um colunista de jornal da capital do estado - Sr. Celso Nascimento, sobre a mudança na Presidência do Conselho, aproveitando para efetuar esclarecimentos dos fatos dizendo que saiu do cargo por motivos puramente administrativos e não houve nenhuma interferência política conforme havia sido noticiado pelo referido jornal, Lembrou aos Conselheiros que o mesmo fato ocorreu quando foi designado para este CAP, ocasião em que o mesmo colunista também noticiou informações e teceu comentários inverídicos a seu respeito, o que lamenta pois isso não contribui em nada no desenvolvimento da atividade portuária local, muito pelo contrário, somente gera polêmica sobre fatos inexistentes e é prejudicial à imagem externa da comunidade portuária. II - **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 180ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho; A ata foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado. III - **POSSE** - Bloco do Poder Público - Conselheiro **MARTINHO CÂNDIDO VELLOSO DOS SANTOS** - como Titular no Bloco do Poder Público - Representante Titular do Governo Federal; que agradecendo a todos pela acolhida, destacou a importância de sua nomeação como Presidente do CAP de Paranaguá, tendo em vista a relevância do Porto de Paranaguá no cenário nacional. Destacou que o grande papel da Presidência é buscar sempre a harmonia alcançada e que tão bons resultados sempre trouxeram. O Cons. Fayet - em nome do Bloco dos Usuários registrou as boas vindas ao novo Presidente desejando votos de sucesso ao tempo em que parabenizou informando a satisfação que tiveram no convívio ao Sr. Claudio pela sua postura diante da condução nas questões da logística brasileira votos de felicidades pessoal na sua próxima missão. Cons. Ivany - em nome do Bloco do Poder Público, associou-se às manifestações do Cons. Fayet, desejando ao Presidente Martinho sucesso na condução dos trabalhos e felicidades ao Presidente Cláudio em sua nova missão, Cons. Michael também deu as boas vindas, em nome do Bloco dos Operadores Portuários, agradecendo ao Presidente Claudio pela sua postura na condução dos trabalhos deste CAP. O Cons. Tortato, em nome do Bloco dos Trabalhadores destacou também as atitudes tomadas diante Conselho pelo Presidente Claudio, desejando sucesso na sua carreira profissional e manifestando também votos de boas vindas ao Presidente Martinho. IV - **ORDEM DO DIA**: 1) **REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 006/2006-CAP/PGUA, DE 25 DE ABRIL DE 2006, QUE SOLICITOU A EXECUÇÃO DA CLÁUSULA OITAVA DO CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO 037/2001, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO PARANÁ, DETERMINANDO A INTERVENÇÃO FEDERAL NA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA** - APPA - Representante Suplente do Governo do Estado - Conselheiro Daniel Lucio Oliveira de Souza; solicitou a retirada de pauta daquela reunião dada a complexidade do assunto e necessitando de o novo Presidente ter mais subsídios para pautar em momento mais oportuno. 2) **ESCLARECIMENTOS SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS AO CUMPRIMENTO DE PRAZOS NO PROCEDIMENTO DE CONSULTA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE**



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 181
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

DRAGAGEM - Representante Suplente do Governo do Estado - **Conselheiro Daniel** disse ter sido surpreendido com a distribuição através de e-mail pelo Cons.Fayet, de nota publicada em jornal, levantando dúvidas sobre a lisura do processo em andamento. Informou que o processo adotado para a contratação dos serviços de dragagem havia sido o mesmo adotado pela SEP para o Porto de Itajaí, e que havia providenciado cópias dos processos para submeter à análise do Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, presente na reunião, com a incumbência de analisar e avaliar os mesmos. Encerrou registrando protesto de repúdio as informações distribuídas pelo Cons. Fayet, pois entendia que estas induziam para que uma mentira se tornasse realidade. O **Cons. Fayet** - informou que sua intenção não era criar nenhum problema ou mal entendido e sim prestar esclarecimentos, pois como Conselheiro faz parte do controle externo regulatório e é muito cobrado. Quando a imprensa publica uma informação e solicita dele uma resposta, ele tem que dar a mesma e que a APPA, contestando tais informações, estava assim prestando os devidos esclarecimentos. O **Presidente** sugeriu que assuntos dessa natureza fossem antes esclarecidos em caráter interno, no âmbito deste Conselho, de forma a evitar desgastes desnecessários decorrentes de mal entendidos. **3) INFORMAÇÕES ACERCA DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS NORMAS DE TRÁFEGO MARÍTIMO E PERMANÊNCIA NOS PORTOS DO PARANÁ e do REGIMENTO INTERNO DO CAP** - Relator da Comissão de Regulação Portuária - **Conselheiro Daniel** comunicou que houve participação maciça dos membros da Comissão, na reunião realizada, com a presença dos convidados: os Conselheiros Juarez, Edson, Ismael, dos auxiliares técnicos da APPA Claubert A. Candian e Carlos A. Sena Maia e Luiz Henrique dos Portos e da Praticagem; a) **Revisão e Atualização das Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos do Paraná e Antonina - edição de 1999**, destacou a importante participação do Cons.Juarez, assim como os demais e informou que estão agendando uma viagem ao Rio de Janeiro, no SIAGRA, para fazer simulações em laboratórios visando a entrada de embarcações de maior porte; b) **A Revisão e Atualização de Regulamento de Exploração dos Portos** - relatou que já estão recebendo algumas contribuições; c) **Regimento Interno do CAP** - ressaltou a relevante participação do Cons. Ivani, que já gerou uma minuta e que solicita aos Conselheiros que efetivamente mandem contribuições e sugestões objetivando atualização deste documento muito importante para o bom funcionamento do Conselho; c) **Revisão e Atualização das Normas de Pré-Qualificação dos Operadores Portuários** - mencionou a OS 114/08, que trata do cadastro de Agentes Marítimos e que, juntamente com o SINDAPAR, estão fazendo uma adequação, inclusive solicitando ao SINDOP para que contribua mais intensamente com esta questão. Entende que não dá mais para que tenham todos os operadores no mesmo padrão de classificação, embora sejam legalmente operadores, tem que ser separado por especialidades, competências e níveis de atuação. Não é possível comparar-se um operador que tem um terminal com um que tem apenas uma sala em conjunto comercial. São atuações totalmente diferentes, com responsabilidades distintas. Isso se faz necessário para que o porto possa classificar os seus operadores, de modo que os usuários e clientes do porto possam ver claramente, quando acessar o cadastro no site do porto, quais operadores têm credenciais técnicas e competências para determinadas operações, saindo das generalidades que é muito perigosa inclusive em termos de imagem. Finalmente, como a Comissão ainda não tem nenhuma conclusão, em face da complexidade de alguns assuntos, todavia tendo em vista a dinâmica dos trabalhos, em breve poderá ter produtos acabados para colocar em apresentação ao Conselho. **Cons.Cláudio Daudt** - elogiou o trabalho de Revisão do Regimento Interno do CAP, dizendo nada ter a acrescentar sobre o assunto, todavia, com relação a Regulação dos Portos gostaria de registrar a necessidade de se analisar a possibilidade de incluir questões relacionadas às normas de aceite a acesso aos navios para abastecimento de cargas perigosas, principalmente no que se refere à segurança das operações nos terminais, de forma a evitar o que aconteceu com o Vicuña. O **Cons.Daniel** disse ser oportuna a intervenção do **Cons.Cláudio**, e que esse assunto certamente será introduzido no Regulamento de Exploração do Porto. Informou da existência do Clube de Serviço de Meio Ambiente uma inovação nos portos brasileiros, pronto para operacionalizar, que é uma forma de atuar em termos de segurança ambiental nas operações do porto, pondo as equipes de prevenção de prontidão. Colocou-se à disposição para receber sugestões e introduzir no

Regulamento de Exploração do Porto. O Presidente disse ser pertinente a colocação do assunto principalmente em virtude da criação do Clube de Serviço relacionado ao meio ambiente. O Cons. Michael informou que a Diretoria de Portos e Costas já estipulou que qualquer alteração da atual referência de navios acima de 285 metros de comprimento por 45 de largura teria que passar por simulações e que as simulações para serem efetuadas junto ao SIAGRA passam por uma fila razoável a ponto de talvez ser mais interessante fazer essas simulações no exterior. 4) APRESENTAÇÃO DO TEMA "AGRONEGÓCIO BRASILEIRO - OPORTUNIDADES, A CRISE E OS DESAFIOS LOGÍSTICOS". O Cons. Fayet - disse que sua apresentação e posição é técnica, e como representante da CNA gostaria de registrar que a mesma atua direta e indiretamente, que está fazendo um trabalho muito forte junto a Câmara Logística e que, através da Associação dos Usuários, entrou com uma reclamação, junto a Secretaria de Direito Econômico, sobre o comportamento inadequado, com relação a concorrência desleal de todas as concessionárias ferroviárias brasileiras, e a CNA é uma signatária desse processo. Relatou que está fazendo um trabalho muito forte junto a ANTT e que esta, através de uma consulta pública está lançando as tabelas máximas a serem praticadas por trechos. Inclusive faz apelo a todos para que possam fazer avaliação dessas tabelas para orientações na estrutura de custos. Discorreu sobre os seguintes tópicos: 1 - Representatividade do Agronegócio no Brasil; 2 - Metodologia do Trabalho; 3 - Brasil em Exportações; 4 - Efeitos Multiplicadores e Empregos na Agropecuária; 5 - O efeito Bush-Base 2006; 6 - Participações principais; 7 - Participação do Brasil no Mercado Internacional de exportações em 2007; 8 - Brasil no Ranking Mundial-2008; 9 - Novas rotas de escoamento; 10 - Exportações através dos Portos em 2007; 11 - Crise Mundial; 12 - Brasil e os reflexos Internos; 13 - Ações Internacionais - Principais Economias; 14 - Ações reais; - 15 - Enfrentamento da Crise; 16 - Custos Operacionais; 17 - Brasil Indicadores; 18 - PAC em 2008; 19 - Providências Emergentes; 20 - Problemas Internos Brasileiros; 21 - Dispendios da porteira para fora e da porteira para dentro; 22 - Nossos desafios; 20 - O Paradoxo do setor Rural; 23 - Pontos Favoráveis do Brasil; Mudanças tecnológicas. Conselheiro Daniel disse este que tipo de apresentação e debate é que tem que se procurar estabelecer no CAP, porque elevam sobremaneira as discussões estratégicas e de logísticas do porto, o que enriquece e faz com que efetivamente o mesmo cumpra o seu papel. Sobre o custo do modal ferroviário, estabeleceu-se um monopólio em Brasília que não deixa que os preços sejam equivalentes aos custos operacionais e, portanto, espera que a CNA, como entidade, lidere uma discussão para atacar de forma grave esta situação. Cons. Cláudio - disse ser um trabalho muito bom e importante, mas relatou que a Comissão Portos ficou anos se reunindo para sair o que não era o que a maioria queria: o Decreto Lei 6.620/08. As divergências da iniciativa privada foram claras com relação a esse Decreto e que, a substituição do mesmo levará anos, se conseguirem. A iniciativa privada não tem disposição para participar de reuniões que se estendem por muito tempo e, portanto, gastam fortunas com representantes junto a entidades para resolver devidamente as questões e os mesmos muito pouco tem articulado a esse respeito, pouco tem se avançado sobre questões básicas, ficando a iniciativa privada a mercê dessas decisões. Portanto, a articulação dessas entidades tem que avançar muito mais para que se consiga resolver esses problemas. Cons. Juarez cumprimentou o Cons. Fayet pela brilhante exposição, dizendo ser essa uma referencia com relação às atividades macro econômicas e principalmente do agronegócio, mas ressalta a necessidade de emitir alguns comentários, no que diz respeito ao entendimento de boa parte do setor. A questão portuária e sua competência de gestão cabem a União e com a lei de modernização dos portos possibilitou estabelecer que a gestão fosse pública, com procedimentos licitatórios para concessão, é a filosofia da Constituição Federal, adotada nos principais países do mundo. Com relação à carga própria que divide o setor empresarial inclusive, é de natureza constitucional. O grande impasse é não ter um ato regulatório assimétrico. O Decreto não pode ir contra a Constituição e sim que seja feita uma revisão constitucional da matéria. Nilson Camargo representante da FAEP solicitou a palavra para efetuar alguns esclarecimentos sobre o Decreto 6.620, dizendo que é uma filosofia de diversos países do mundo e que o grande impasse é que a opinião pública está dividida, e pressionando uma revisão no Código Florestal. A posição da FAEP é não destruir o meio ambiente, mas com sensatez, possibilitar que o produtor rural possa se manter na propriedade com sustentabilidade. O Presidente - parabenizou o Cons. Fayet pela apresentação, dizendo ser um tema muito instigante



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

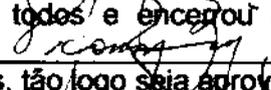
Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420 -1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

e que a mesma estará ao dispor de todos junto a Secretaria do Conselho. **5) ATUALIZAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES INTERNAS DO CAP** - Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins; Cons. Ismael, em nome do Bloco, apresentou as indicações para atualização da composição das Comissões, respectivamente na condição de titular e suplente, conforme segue: **a) Comissão de Regulação Portuária:** Cons. João Gilberto e Cons. Blásio; **b) Comissão Tarifária:** Cons. Juarez e Cons. Luciano; **c) Comissão do PDZPO e de Arrendamentos:** Cons. Fayet e Cons. Ismael; **d) Comissão de Fomento e Produtividade Portuária:** Cons. Bósio e Cons. Fayet; **e) Comissão de Infra-Estrutura Portuária:** Cons. Cláudio Daudt e Cons. Airton. **6) ASSUNTOS PENDENTES DE SOLUÇÃO REFERENTES ÀS REUNIÕES ORDINÁRIAS ANTERIORES** - Secretaria do Conselho - **a) Comissão de Regulação Portuária:** - Revisão a Atualização do Regulamento de Exploração do Porto de Paranaguá, **b) - Revisão e Atualização do PDZPO e Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações do Porto de Paranaguá** **c) Comissão de Fomento e Produtividade Portuária:** - Treinamento dos Trabalhadores Portuários Avulsos - **Análise de questões relacionadas à Gestão Ambiental do Porto de Paranaguá;** O Presidente lembrou que alguns dos assuntos já foram abordados e que os demais ficavam para próxima oportunidade **V) EXPEDIENTE: 1 - COMUNICAÇÕES E INFORMAÇÕES GERAIS** - Cons. Daniel - com relação às correspondências recebidas da Praticagem, relacionadas à sinalização náutica, defensas, marégrafos e outras questões, participou que o porto nomeou um especialista altamente qualificado para manutenção de todo o sistema de infra-estrutura do balizamento, de acostagem e que em curto espaço de tempo terão esses problemas solucionados. Estranha, no entanto, o caráter como a Praticagem tem se posicionado com relação à sinalização náutica, uma vez que ela mesma é parte nesta sinalização, conforme estabelecido em acordos com a APPA. Com relação as correspondências encaminhadas pelo CAP à APPA, solicitando uma série de atuações, por questões internas e até falta de tempo ainda não foi possível atendê-las, no entanto, acredita que em breve será dado total satisfação sobre as mesmas. Relata que encaminhou ao CAP o Of. 235/09-APPA, anexando a Portaria 070/2009 que cria grupo executivo de trabalho, composto por ele Cons. Daniel; um técnico ambiental do porto - Engenheiro José Maria; convidando membros da comunidade, entre eles o Cons. Juarez Moraes - Diretor Presidente do TCP; Cons. Cláudio Daudt - Diretor Superintendente da Cattalini; Pedro Paulo Becker - Coordenador de Operações da Transpetro e Luiz Henrique Dividino - Diretor da Ponta Felix, para promover a consolidação de estudos, planos e ações voltadas ao licenciamento ambiental dos empreendimentos de infra-estrutura portuária em curso. O porto tem alguns projetos estruturantes, como a dragagem de aprofundamento, terceiro berço destinado a contêineres, cais oeste que será configuração importante do corredor oeste de grãos, e o novo terminal público de Inflamáveis. Dada a importância e estratégias desses investimentos e para que se possa ter o licenciamento prévio para regularização desses importantes investimentos, tem que se consolidar uma série de documentos de forma urgente. Solicitou, portanto, por parte do Conselho, apoio para que faça sinalização política da comunidade aos órgãos ambientais, mostrando uma união de interesses, o que isoladamente cada uma das empresas envolvidas teria dificuldades. O Presidente - após concordância do Colegiado, informou que estará encaminhando expediente em nome do Conselho, efetuando moção de apoio do Colegiado a APPA e a esta manifestação. Cons. Maria do Socorro manifestou apoio, parabenizando pela decisão, dizendo ser uma atitude perfeita por parte da APPA. **a) Relatório Gerencial da APPA** - O Cons. Daniel - com relação ao pedido para que fosse encaminhado, por parte da APPA, comentário acerca da análise dos dados do Relatório Gerencial, informou que este traz informações estatísticas necessárias com dados consolidados, mas entende que a análise deve ser efetuada pelos Conselheiros, uma vez que representam os diversos segmentos das atividades portuárias e têm condições de tecer considerações de maneira mais precisa do que a APPA. **b) Relatório de Atividades do OGMO** - O Presidente comunicou não haver recebido o mesmo; **VI) ASSUNTOS GERAIS:** Cons. Sandro cumprimentou e agradeceu ao Superintendente Daniel pela ações tomadas, que resultaram na emissão da O.S 036/09-APPA., que atendeu ao solicitado com relação a mudança contínua de turno no Corredor de Exportação, agradeceu a todos que se envolveram na concretização desse assunto, dizendo que os frutos dessa mudança já foram efetivamente constatados. Cons. Ivani reforçou o solicitado através do Of. 283/09 da Prefeitura Municipal, encaminhado ao CAP, sobre a limpeza da área portuária, consubstanciado



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 181
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420 -1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@pr.gov.br

por varias considerações, solicitando ao Colegiado uma especial atenção no que diz respeito aos deveres de cada um, porque existe uma série de responsabilidades de cada setor, de cada terminal e da APPA, encaminhando Minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, exigência do Ministério Publico. O Cons. Daniel informou que havia solicitado a retirada do item da Minuta que estabelecia a Prefeitura como fiscal do Porto, pois entendia que a Prefeitura era parte, e elegendo a ANVISA como fiscal da atuação do porto. Portanto está aguardando a Minuta com as devidas alterações. Com relação a questão da concretagem das vias de acesso, quer estabelecer um tratamento jurídico com referencia às responsabilidades da empresa que efetuou as obras e ao mesmo tempo firmar um Convenio com a Prefeitura para limpar as vias de acesso e desobstruir as bocas de lobo. Entende que tem que haver ação integrada, um plano conjunto de fatores onde cada um assume o seu papel. O Presidente informou que em face da importância do assunto e o teor da Minuta, deverá circular entre os demais Conselheiros. Cons. Herber - aproveitou a manifestação do cons. Sandro, que disse que a APPA tem tomado medidas para melhorar a operação portuária e, em razão das perdas da categoria dos trabalhadores pelo fato das empresas não requisitarem serviços nos finais de semana, alegando que os custos são muito elevados, solicitou que APPA gerenciasse junto às empresas para que elas informassem quais são estes custos mais elevados, se são decorrentes dos trabalhadores ou se são de outros fatores, para que possa informar a categoria a respeito. O Cons. Fayet - interpelou perguntando se o Acordo encaminhado pela Prefeitura era suficiente para cobrar junto a empreiteira as devidas responsabilidades ou se haveria necessidade de algum reforço jurídico ou de um instrumento a mais para a empreiteira efetuar a correção dos problemas. O Cons. Daniel informou que o Acordo se refere somente à limpeza das ruas, com foco ao combate de pragas, mas em paralelo, informa estar providenciando um levantamento técnico de todas as modificações ocorridas nas vias de acesso para cobrar da empreiteira a sua responsabilidade técnica, seja administrativa ou juridicamente, para que possa entregar de forma plena as obras à Prefeitura, com soluções definitivas, exigindo dela, ações para conservação dessas obras. O Presidente registrou o recebimento, pela Secretaria, do livro Lei dos Portos - O Conselho de Autoridade Portuária e a Busca da Eficiência, doado pelo autor - Sr. Wesley Collyer e que se encontra à disposição dos Conselheiros para consulta. Desejou êxito e sucesso ao Presidente Cláudio, que hoje deixa este Conselho para assumir uma nova missão junto ao CAP do porto do Forno, no Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a 181ª Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi , lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

Conselheiros

Cláudio José Madeira Basto Menezes _____

Martinho Cândido Velloso dos Santos _____

Daniel Lúcio Oliveira de Souza _____

Ivany Marés da Costa _____

Carlos Alberto Silveira Calvo _____

Michael Martins da Silva _____

Sandro Flores Monteiro _____

Marco Aurélio Chapaval _____

Herber Soares de Freitas _____

Antonio Carlos Bonzato _____

Carlos Antonio Tortato _____

Geremias Thomas de Souza _____

Wilson Moraes da Silva _____



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 181
Cep. 83221-030 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1380
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: capgua@pr.gov.br

Maria do Socorro de Oliveira _____ *Msouza*
 Ismael Alves Pires Neto _____
 Luiz Antonio Fayet _____
 Juarez Moraes e Silva _____
 Blásio José Munchen _____
 Cláudio Fernando Daudt _____ *Cláudio Daudt*
 Luciano Cardoso Denardi _____ *Denardi*

Convidados:

Fernando O Sottomaior Muller - RFB _____ *fm*
 Valter Luiz Demeneck - TCE-PR _____
 Orley de Souza Miranda - SINTRAPORT _____
 Sidney Pinto - Cotriguaçu _____ *Sidney*
 Nilson Hanke Camargo - FAEP _____ *hca*

[Handwritten mark]